

ECONOMIA

# Câmara aprova PEC Emergencial. Confira o que ficou decidido

## Auxílio terá valor médio de R\$ 250. Mas, segundo Guedes, decisão cabe à Cidadania

MARINA CARDOSO  
marina.cardoso@odia.com.br

Após quase três meses do fim do auxílio emergencial, a Câmara dos Deputados aprovou o retorno do pagamento do auxílio emergencial. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial passou na Casa. Nela, o governo poderá utilizar R\$ 44 bilhões fora do teto de gastos para o pagamento, que vai ficar entre R\$ 175 e R\$ 375, com valor médio de R\$ 250, e devem durar por quatro meses. Para a família dirigida por uma mulher, o valor será de R\$ 375, para um casal R\$ 250 e para o homem sozinho, R\$ 175. Ou seja, o valor final vai depender da composição de cada família, conforme afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, na segunda-feira. No entanto, esse valor pode mudar. Segundo Guedes, a definição será feita pelo Ministério da Cidadania. As regras - como quem tem direito a receber e como será pago, por exemplo - não foram discutidas no Congresso.

“Essa é a média (R\$ 250), um valor médio, porque se for uma família monoparental, dirigida por uma mulher, aí já é (sic) 375, se tiver um homem sozinho aí já é 175 (reais), se for o casal, os dois aí já são 250 (reais). Isso é o Ministério da Cidadania, nós só fornecemos os parâmetros básicos, mas a decisão da amplitude é com o Ministério da Cidadania”, afirmou Guedes.

**NO ANO PASSADO**  
Em 2020, durante todo o pagamento das parcelas do auxílio emergencial, o governo injetou mais mais de R\$ 300 bilhões no benefício, que foi distribuído para 68 milhões de pessoas. Foram nove parcelas, sendo as cinco primeiras de R\$ 600 e as quatro últimas de R\$ 300, chamadas de auxílio emergencial extensão. Mulheres chefes de família tiveram direito a duas cotas. Durante a votação, deputados da oposição se manifestaram contra o valor médio do auxílio emergen-

cial que foi divulgado pelo governo. Talíria Petrone (PSOL-RJ), líder do partido na Câmara, disse que a PEC aprovada na Casa não vai beneficiar nenhum brasileiro que vive o momento mais difícil da pandemia. “A PEC Emergencial não trata das emergências do Brasil. É uma mentira, uma farsa dizer que estamos aqui tratando de alguma emergência. Aqui estamos votando uma PEC para destruir a carreira dos profissionais que, inclusive, estão à frente da pior crise da história”, afirmou ela. Sobre o auxílio emergencial, ela disse que a aprova-

**“Aqui estamos votando uma PEC para destruir a carreira dos profissionais que, inclusive, estão à frente da pior crise da história”**  
TALÍRIA PETRONE, deputada do Psol

ção não vai atender a demanda de brasileiros que necessitam do benefício. “É um auxílio emergencial vergonhoso, ínfimo, insuficiente e esse valor não pagou nem um mês de auxílio emergencial. Para conceder esse auxílio, se propõe congelar salários de servidores. Estou falando da possibilidade deles não terem reajuste nem de acordo com a inflação”. A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) questionou o texto que foi votado no Congresso. “Nós estamos votando hoje (ontem) um texto de corte de pessoas, de agressão aos servidores na linha de frente e estamos repetindo. A gente está fazendo justamente o que o país não precisa”, disse ela.

Colaborou a estagiária Maria Clara Matturo



Votação na Câmara varou a madrugada, mas não foram decididas as regras

## Despesas estão embutidas

► O limite de R\$ 44 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial tem “pouca gordura” para mudanças no valor do benefício. Sob esse teto, a área técnica do governo desenhou a nova rodada prevendo um “piso” de R\$ 150 mensais e não R\$ 175, como disse o ministro Paulo Guedes, fontes afirmaram ao Estadão que os cálculos foram feitos a partir do valor de R\$ 150. Nos bastidores, a explicação é que a Economia “deu o limite” de gasto total pelo qual o desenho poderia ser trabalhado. Por isso, quem ditará o valor exato do auxílio a cada beneficiário é a pasta chefiada por João Roma. A tentativa é evitar algum tipo de cobrança

por causa da declaração do ministro. Ainda conforme o Estadão, o valor de R\$ 44 bilhões precisa contemplar não só o pagamento de quatro parcelas do benefício, mas também as despesas administrativas com a contratação de Caixa e Dataprev, responsáveis pela operação do benefício e pelo cruzamento de dados para verificar se o cidadão é elegível ou não ao auxílio. Por isso, a pouca gordura que existe no limite deve ser reservada a acomodar eventual número maior de beneficiários habilitados após a análise da Dataprev. Hoje, o governo prevê contemplar cerca de 45 milhões de pessoas com o pagamento.

## SEM ACORDO

### Destaques derrubados

■ Na votação, a Casa discutiu os dez destaques apresentados, em sua maioria por partidos de oposição, ao texto-base da PEC Emergencial, aprovado na madrugada de terça-feira. A maior parte dos destaques eram de autoria de partidos da oposição que pretendiam diminuir as restrições fiscais e suspender o teto de R\$ 44 bilhões para pagamento do auxílio, visando aumentar o valor repassado aos beneficiários. A Câmara rejeitou um destaque do PT e manteve no texto da proposta a maior parte das proibições que estados e municípios poderão adotar se sua despesa corrente chegar a

95% da receita corrente. Entre essas vedações estão a criação de cargo que implique aumento de despesa; realização de concurso público para vagas novas; e adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação. Com a decisão, os empréstimos serão facultativos, mas se o estado ou município não as adotar ficará impedido de contar com garantia de outro ente federativo para empréstimos, além de não poder contrair novas dívidas com outro ente da Federação ou mesmo renegociar ou postergar pagamentos de dívidas.

**SUA CIDADE**

O DIA é o jornal do Estado do Rio de Janeiro. Feito para quem vive aqui. O Jornalismo de qualidade de O DIA coloca a sua cidade em destaque. Fique por dentro de tudo o que acontece na sua região a qualquer hora e em qualquer lugar.

Aponte a câmera do seu celular, acesse e fique bem informado.

Seu canal digital de Notícias

**ODIA**

CONTRATAÇÃO DIRETA		
Empresas	Item	Valor Total
DM COMÉRCIO DE NEGÓCIOS EIRELLI. CNPJ: 13.030.356/0001-10	3, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77	R\$ 176.607,84
Valor Total Geral		R\$ 176.607,84

Itaguaí, 09 de março de 2021.  
(a) Micheli Sobral dos Santos-Secretária Municipal de Assistência Social-Matricula 45.943

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2021		
O Ordenador de Despesa, com fulcro no Art. 1º do Decreto Municipal nº 4.210 de 06/02/2017 e no uso de suas atribuições legais, em decorrência do Procedimento Licitatório, através do processo administrativo nº 16.353/2020, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, cadastrado no portal licitacoes-e sob o ID nº 852199, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 008/2021, e julgamento constante da Ata da Sessão realizada no dia 27 de janeiro de 2021, às 9:00 horas, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS, para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco Xavier – HMS-FX, da Demandas em Saúde, do IST/AIDS, Centro Municipal de Especialidades Médicas – CEMES, Farmácia Central, CAPS e UBS/ESF, <b>HOMOLOGA</b> o objeto da licitação em favor das empresas abaixo descritas:		
Empresas	Item	Valor Total
ATHOS RIO PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 31.912.939/0001-56	09 - 19 - 38 - 47 - 76 - 94 - 144 - 157 - 163 - 181 - 190 - 194 - 201 - 202 - 217 - 254 - 272 - 279 - 285 - 318 - 335 - 340	R\$ 459.772,70
JNS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 33.586.468/0001-69	10 - 12 - 51 - 52 - 60 - 65 - 80 - 98 - 108 - 126 - 136 - 142 - 148 - 150 - 151 - 169 - 170 - 171 - 193 - 195 - 203 - 205 - 208 - 227 - 253 - 266 - 269 - 277 - 288 - 296 - 301 - 302 - 304 - 311 - 320 - 323	R\$ 981.255,95
NOVA LÍNEA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 32.350.180/0001-28	06 - 24 - 61 - 66 - 92 - 103 - 128 - 131 - 153 - 167 - 189 - 199 - 213 - 215 - 218 - 220 - 223 - 262 - 263 - 267 - 276 - 280 - 281 - 303 - 308 - 327	R\$ 1.133.872,70
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI –ME, inscrita no CNPJ nº 25.279.552/0001-01	53 - 132 - 305 - 352	R\$ 29.913,00
MERCANTIL BARRETO COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 15.031.173/0001-44	13 - 31 - 146 - 152 - 174 - 244 - 246 - 284 - 307 - 326 - 343 - 350	R\$ 302.242,00
ESPECIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.085.822/0001-12	140	R\$ 153.700,00
GETFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.309.478/0001-47	49 - 85 - 164 - 176 - 228 - 287 - 339	R\$ 97.129,30
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 73.856.593/0001-66	156 - 270	R\$ 183.500,00
MEDICOM RIO FARMA LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.499.710/0001-43	45 - 86	R\$ 215.800,00
MD FARMA DISTRIBUIDOR ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.325.781/0001-52	20 - 27 - 35 - 42 - 43 - 46 - 54 - 68 - 79 - 82 - 154 - 165 - 168 - 219 - 239 - 242 - 243 - 249 - 257 - 306 - 309 - 314 - 329 - 336 - 348	R\$ 145.314,21
KASA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.438.280/0001-78	147	R\$ 2.700,00
C. H. L. PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.441.650/0001-69	25 - 99 - 115 - 166 - 207 - 248 - 259 - 299 - 310	R\$ 161.869,25
FÓRMULAS MAGISTRAIS MANIPULAÇÕES ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.316.691/0001-86	73 - 84 - 324 - 346	R\$ 20.322,00
RM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 31.342.367/0001-17	01 - 04 - 16 - 18 - 21 - 32 - 34 - 36 - 75 - 87 - 96 - 127 - 130 - 155 - 158 - 175 - 197 - 225 - 232 - 252 - 256 - 268 - 283 - 290 - 291 - 300 - 313 - 315 - 328 - 331 - 347	R\$ 1.157.478,34
JF FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.079.703/0001-15	07 - 08 - 72 - 83 - 88 - 90 - 97 - 177 - 185 - 226 - 274 - 275 - 282 - 292 - 293 - 298	R\$ 390.224,80
CECHETTI & CADINI – COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EPP, inscrita no CNPJ nº 26.965.609/0001-99	41 - 74 - 89 - 351	R\$ 31.523,00
LOGER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 27.600.270/0001-90	40 - 91 - 105 - 125 - 149 - 206 - 240	R\$ 145.730,00
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0002-20	44 - 251	R\$ 284.500,00
ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.439.635/0004-56	77 - 78	R\$ 255.000,00
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRO SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.676.370/0001-55	212 - 332	R\$ 40.461,00
DISMATH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.180.445/0001-12	17	R\$ 16.665,00
GOLDEN PLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.472.278/0001-64	333	R\$ 94.980,00
Valor Global		R\$ 6.303.953,25

Obs: Os itens 02, 05, 11, 14, 15, 23, 26, 29, 37, 39, 48, 56, 62, 67, 69, 70, 71, 81, 104, 107, 109, 110, 111, 113, 137, 139, 161, 162, 183, 187, 188, 191, 192, 198, 204, 214, 224, 229, 234, 237, 258, 260, 286, 295, 321, 330, 334, 337 e 349, foram considerados fraccassados e os itens 03, 22, 28, 30, 33, 50, 55, 57, 58, 59, 63, 64, 93, 95, 100, 101, 102, 106, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 133, 134, 135, 138, 141, 143, 145, 159, 160, 172, 173, 178, 179, 180, 182, 184, 186, 196, 200, 209, 210, 211, 216, 221, 222, 230, 231, 233, 235, 236, 238, 241, 245, 247, 250, 255, 261, 264, 265, 271, 273, 278, 289, 294, 297, 312, 316, 317, 319, 322, 325, 338, 341, 342, 344, 345 e 353, foram considerados desertos.  
Itaguaí, 09 de março de 2021.  
Carlos Eduardo Carneiro Zóia- Secretário Municipal de Saúde - Matr. 45.944